

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

ADITAMENTO 2

MINUTA DE CONTRATO

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO PARA A CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECRUTAMENTO, SELEÇÃO, ADMISSÃO, OPERACIONALIZAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO, RESCISÃO, TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO, ADOÇÃO DE PRÁTICAS INCLUSIVAS DE GESTÃO DA DIVERSIDADE, DENTRE OUTRAS ATIVIDADES DE APOIO AO PROGRAMA DE ESTÁGIO DA ITAIPU, POR MEIO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM

ITAIPU, entidade binacional, constituída nos termos do Artigo III do Tratado firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, em 26 de abril de 1973, com sedes em Brasília DF, no Setor Comercial Sul - SCS, Quadra 09, Lote C, Bloco A, Torre B, Edifício Parque Cidade Corporate, Salas 704 e 705, Asa Sul, CEP 70.308-200, e em Assunção Paraguai, na Avenida España, nº 850 c/ Perú, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 00.395.988/0001-35, com escritório na cidade de Foz do Iguaçu - PR, na Av. Silvio Américo Sasdelli, nº 800, Vila A (CNPJ: 00.395.988/0014-50), sendo a Usina Hidrelétrica de Itaipu (UHI) localizada em Foz do Iguaçu PR (CNPJ: 00.395.988/0012-98) na Avenida Tancredo Neves, 6731 e em Hernandarias Paraguai, na Av. Supercarretera de Itaipú, s/n, neste ato representada por seu Diretor-Geral Brasileiro e por seu Diretor-Geral Paraguaio, que assinam;

e, na qualidade de CONTRATADA, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, tendo como Representante Legal, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, que ao final assina;

resolvem, de comum acordo, celebrar o presente CONTRATO na forma das cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CAPÍTULO I **OBJETO DO CONTRATO**

CLÁUSULA 1ª Constitui objeto do presente CONTRATO a execução, pela CONTRATADA, dos serviços de recrutamento, seleção, admissão, rescisão, operacionalização da folha de pagamento, treinamento e desenvolvimento, adoção de práticas inclusivas de gestão da diversidade, dentre outras atividades de apoio ao Programa de Estágio da Itaipu Binacional, por meio de agente de integração de estágios, conforme estabelecido na Lei nº 11.788/08 e de acordo com a Especificação Técnica, Anexo I deste CONTRATO.

§ 1º O programa estima a quantidade de 180 (cento e oitenta) vagas mensais para estágios. Esse número pode ser alterado, conforme necessidade e interesse da ITAIPU.

CAPÍTULO II **DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO**

CLÁUSULA 2ª Ao presente CONTRATO são anexados os documentos abaixo relacionados, que, devidamente rubricados pelas partes contratantes, dele constituem parte integrante, independentemente de transcrição:

ANEXO I	Especificação Técnica
ANEXO II	Diretrizes para a Segurança e Saúde no Trabalho
ANEXO III	Calendário de Feriados
ANEXO IV	Proposta Comercial da CONTRATADA

§ 1º Os Anexos II e III estão disponíveis apenas no ambiente virtual <https://compras.itaipu.gov.br>, opção “Normas e instruções”.

§ 2º Em caso de dúvida ou divergência entre o previsto neste CONTRATO e nos seus Anexos ou documentos correlatos, inclusive os documentos concernentes ao Pregão Eletrônico Nacional NF 0200-24, bem como quaisquer documentos anteriormente trocados entre as partes, relativos ao presente CONTRATO, prevalecerá sempre o estabelecido neste CONTRATO; entre, os anexos prevalecerá um sobre o outro, pela ordem de sua nomeação, e, entre os anexos e os documentos correlatos, prevalecerão às disposições dos anexos.

CAPÍTULO III ALTERAÇÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA 3ª Toda alteração contratual deverá ser realizada mediante aditamento.

§ 1º Uma vez recebidas as vias do aditamento para a assinatura, a CONTRATADA terá prazo de até 10 (dez) dias corridos para a devolução dos instrumentos assinados, prorrogável por igual período a pedido da interessada, desde que exista motivo justificado e aceito pela ITAIPU.

§ 2º O não atendimento da CONTRATADA no prazo indicado por ITAIPU motivará a aplicação das penalidades previstas para o caso.

CLÁUSULA 4ª A CONTRATADA obriga-se a executar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos quantitativos dos serviços objeto deste CONTRATO. A variação de quantidade está limitada a 25% (vinte e cinco por cento) do valor deste CONTRATO.

CAPÍTULO IV GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA 5ª A ITAIPU, por intermédio da Superintendência de Recursos Humanos (RH.AD), gestora deste CONTRATO, fiscalizará a execução do objeto deste CONTRATO, não importando essa fiscalização em redução ou supressão da responsabilidade da CONTRATADA por eventual erro, falha ou omissão, exceto se decorrentes de determinações emanadas da ITAIPU, das quais a CONTRATADA tenha discordado, por escrito, com a antecedência necessária para não prejudicar o andamento dos serviços, que não poderá ultrapassar de 3 (três) dias úteis da data da comunicação.

§ 1º A área gestora deverá fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações estabelecidas neste CONTRATO, devendo, ainda:

a) decidir, em nome da ITAIPU, todas as questões relacionadas com a prestação dos serviços

objeto deste CONTRATO;

- b) colocar à disposição da CONTRATADA os meios indispensáveis à execução dos serviços conforme as Especificações Técnicas, Anexo I deste CONTRATO;
- c) suspender a prestação dos serviços, se em desacordo com as condições estabelecidas neste CONTRATO e seus anexos;
- d) recusar serviços executados em desacordo com a Especificação Técnica - Anexo I e demais disposições deste CONTRATO;
- e) encaminhar à CONTRATADA, por escrito, as comunicações que se fizerem necessárias;
- f) ajustar, com o representante da CONTRATADA, as alterações na programação dos serviços, se necessário e desde que não resultem em ônus adicional para ITAIPU;
- g) realizar a avaliação dos serviços prestados pela CONTRATADA, de modo a comprovar o atendimento das obrigações estabelecidas neste CONTRATO, durante sua vigência.

§ 2º Todas as comunicações trocadas entre a ITAIPU e a CONTRATADA, exceto a medição e os documentos de pagamento e/ou de gestão, que não necessitem ser entregues de forma física e que devem tramitar pelo Portal de Pagamentos da Itaipu Binacional - (PPIB), relacionadas com a execução do presente CONTRATO, deverão ser feitas por escrito em português e protocoladas no ato do recebimento. Quando dirigidas à ITAIPU, deverão ser encaminhadas eletronicamente através do Protocolo Eletrônico da Itaipu Binacional, acessível pelo endereço <https://www.itaipu.gov.br/pagina/protocolo-eletronico-itaipu>, alternativamente os documentos podem ser enviados ao Protocolo de ITAIPU:

ITAIPU
Central de Protocolo da ITAIPU
A/C: Superintendência de Recursos Humanos - RH.AD
Av. Silvío Américo Sasdelli, nº 800 - Vila "A"
85866-900 - Foz do Iguaçu - PR

e quando dirigidas à CONTRATADA:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXX
CEP XXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX - XX

CAPÍTULO V

ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA 6ª Mensalmente, após a realização de serviços, realizar a medição no PPIB para aprovação da ITAIPU. Somente após a aprovação da medição pela ITAIPU, a CONTRATADA poderá solicitar o pagamento.

CAPÍTULO VI

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA 7ª A CONTRATADA cumprirá integralmente as obrigações e condições estabelecidas neste CONTRATO e seus anexos, obrigando-se a:

- I) cumprir as disposições contratuais a seu cargo de acordo com a melhor técnica e diligência aplicáveis a serviços desta natureza, bem como rigorosa observância das Especificações Técnicas, Anexo I deste CONTRATO;
- II) cumprir integralmente as exigências estabelecidas na Lei nº 11.788/08, de 25 de setembro de 2008;
- III) indicar, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos antes do início da prestação dos serviços, um representante e seu eventual substituto para responder perante a ITAIPIU pela execução deste CONTRATO até o total cumprimento das obrigações aqui assumidas, com poderes para receber em nome da CONTRATADA as instruções dadas ou formalizadas por escrito pela ITAIPIU;
- IV) indicar, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos antes do início da prestação dos serviços, um profissional com vínculo formal, para atender à ITAIPIU, de forma presencial, ao menos 02 (dois) dias consecutivos por bimestre, limitado a 20 dias por ano, no município de Foz do Iguaçu/PR, investido de poderes decisórios e apto a participar de reuniões e atividades destinadas à alinhamentos técnicos com a Coordenação do Programa de Estágio, conforme estabelecido no subitem 3.12 do Anexo I - Especificação Técnica.
 - a) apresentar comprovante de vínculo deste profissional com a CONTRATADA, por meio de carteira de trabalho e previdência Social - CTPS assinada, vínculo societário ou de CONTRATO de prestação de serviços, regido pela legislação civil comum;
 - b) caso haja desligamento do referido profissional da CONTRATADA, deverá providenciar substituto, profissional de qualificação equivalente, em no máximo 10 (dez) dias corridos após o comunicado de desligamento;
 - c) o representante da CONTRATADA poderá ser também o profissional com vínculo formal, objeto deste CONTRATO.
- V) apresentar, à área gestora deste CONTRATO, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos antes do início da prestação dos serviços, uma relação com o(s) nome(s) do(s) seu(s) profissional(is) e/ou empregado(s) que prestará(ão) os serviços objeto deste CONTRATO e cópia dos documentos de identidade e dos registros do contrato de trabalho, para a confecção de crachás de identificação para entrada na Usina;
- VI) apresentar, à área gestora deste CONTRATO, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos após a assinatura deste CONTRATO, uma Plataforma Digital, disponível via web, para a operacionalização e gestão eficiente do programa de estágio da ITAIPIU, em versão “teste”, para fins de comprovação e validação pela ITAIPIU, cumprindo todas as exigências de funcionalidades e requisitos mínimos do Adendo I do Anexo I - Especificação Técnica deste CBC;

VI_a) Após a análise da ITAIPU, caso sejam necessários ajustes pontuais na plataforma, a CONTRATADA terá um prazo de 5 (cinco) dias úteis para reapresentá-la, corrigindo todas as pendências.

VI_b) Somente após a aprovação da Plataforma Digital, a ITAIPU emitirá a Ordem de Início de Serviços (OIS).

- VII) manter contatos com a ITAIPU, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência, que deverão ser confirmados por escrito, no prazo de 3 (três) dias úteis;
- VIII) cumprir as exigências decorrentes das obrigações trabalhistas e da previdência social, resultantes da legislação do Brasil, do Acordo Administrativo Complementar sobre Higiene e Segurança do Trabalho, de 8 de janeiro de 1975 e dos Atos Normativos da ITAIPU;
- IX) na hipótese de reclamação trabalhista, empregado e/ou profissional da CONTRATADA, proposta contra a ITAIPU, mesmo depois de encerrado este CONTRATO, comparecer em juízo, a qualquer tempo, independentemente de qualquer intimação, para responder pela condição de empregador e acompanhar o processo até o seu final, responsabilizando-se pelos ônus diretos e indiretos de eventual condenação;
- X) devolver à ITAIPU, quando do encerramento deste CONTRATO e/ou do desligamento de quaisquer profissionais e/ou empregados, os crachás de identificação;
- XI) comprometer-se com o desenvolvimento de práticas sustentáveis de proteção e conservação do meio ambiente; e
- XII) manter, durante a execução deste CONTRATO, todas as condições de habilitação exigidas na licitação, compatíveis com as obrigações por ela assumidas, incluindo a condição de cadastro válido na ITAIPU. Validade do cadastro atual: DD/MM/AAAA.

CLÁUSULA 8ª Constitui, ainda, obrigação da CONTRATADA:

- I) fornecer à ITAIPU as informações cadastrais relativas aos estagiários, previstas no e-Social (<http://www.esocial.gov.br>);
- II) executar o recrutamento de candidatos às vagas de estágio da Itaipu Binacional, de forma presencial (na cidade de Foz do Iguaçu - PR) e virtual;
- III) contratar, em favor dos estagiários admitidos nas modalidades “Não Obrigatório” e “Estágio de Férias”, seguro contra acidentes pessoais (Morte acidental e Invalidez Permanente), cuja apólice seja compatível com valores de mercado;
- IV) emitir um Termo de Conclusão (rescisão) de estágio na ITAIPU, com a indicação resumida das atividades desenvolvidas, do período de estágio e da avaliação de desempenho, quando do desligamento do estagiário;
- V) manter à disposição da ITAIPU, através de Plataforma Web, todos os documentos que comprovem a relação de estágio de cada estagiário;
- VI) fornecer semestralmente às instituições de ensino os relatórios de atividades assinados pelo supervisor do estágio e pelo estagiário da ITAIPU;

- VII) registrar as horas de atividade realizadas pelos estagiários;
- VIII) creditar nas contas bancárias dos estagiários, nos prazos estabelecidos no CONTRATO, todos os valores recebidos da ITAIPU, a título de concessão de bolsa auxílio, auxílio transporte, auxílio refeição, rescisões de contrato de estágio e recesso(férias);
- IX) atender as demandas de contratação de estagiários da ITAIPU, recrutando e pré-selecionando candidatos, conforme os requisitos mínimos de elegibilidade;
- X) verificar a documentação acadêmica do(s) candidato(s) na ocasião da contratação, emitir o Termo de Compromisso de Estágio (TCE), emitir o Termo Aditivo de Estágio, quando necessário, e providenciar as assinaturas via plataforma digital;
- XI) alertar à ITAIPU e ao estagiário, com até 30 (trinta) dias de antecedência, sobre o encerramento da vigência do TCE e todos os procedimentos necessários para seu desligamento com a ITAIPU;
- XII) recepcionar os pedidos de encerramento do estágio, orientar as partes envolvidas e realizar todos os procedimentos administrativos inerentes;
- XIII) manter Termo de Cooperação com as Instituições de Ensino, observando o que estabelece o art. 7º da Lei nº 11.788/08, de 25 de setembro de 2008 no que se refere às obrigações das referidas instituições, contendo as condições exigidas para a caracterização e definição do estágio de seus alunos;
- XIV) acompanhar, junto à Instituição de Ensino, e notificar à ITAIPU, qualquer irregularidade na situação escolar dos estagiários (trancamento, abandono ou conclusão de curso ou transferência para outra Instituição de Ensino);
- XV) providenciar os ajustes necessários para transmissão das informações da folha de pagamento e da frequência dos estagiários;
- XVI) manter convênios com Instituições de Ensino, visando facilitar o processo de recrutamento e seleção de estagiários para atendimento às demandas da ITAIPU;
- XVII) ofertar capacitações aos estagiários por meio de ações educacionais nas modalidades presencial e ensino à distância (EAD) assíncrono, de acordo com as definições contidas na Especificação Técnica, Anexo I deste CONTRATO;
- XVIII) emitir certificado e declaração de estágio, quando solicitado, contendo a descrição das atividades desempenhadas, a carga horária e o período total do estágio;
- XIX) providenciar, no que couber, as adequações necessárias relacionadas à migração de banco de dados, atualizações de dados bancários, cadastramento dos estagiários, dentre outras atividades de transferência de informações do contrato anterior para o contrato vigente (transição contratual); e
- XX) manter comunicação eficiente, com indicação de telefone fixo, celular e e-mail do(s) profissional(is) da CONTRATADA, para prestar atendimento semanal, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 18h, ininterruptamente, no ato da assinatura CONTRATO.

§ 1º Todos os defeitos, erros, incorreções, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades ocorridas durante a prestação dos serviços e provenientes de desídia, negligência ou orientação incorreta, serão corrigidos ou refeitos pela CONTRATADA, às suas expensas.

§ 2º A CONTRATADA deverá disponibilizar meios para atender à demanda de contratação de estagiários nos escritórios da ITAIPU sediados em Brasília-DF, Foz do Iguaçu-PR, Santa Helena-PR e Guaíra-PR.

§ 3º A CONTRATADA não poderá cobrar do estagiário nenhum valor decorrente deste CONTRATO.

CLÁUSULA 9ª Constitui, ainda, obrigação da CONTRATADA:

- I) encaminhar à área gestora, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, a seguinte documentação para gestão contratual:
 - a) “Relatório/Planilha de Medição Mensal - realizado”, demonstrando os cálculos dos valores devidos, pagos, recebidos e eventuais diferenças, referentes ao mês da prestação dos serviços, discriminando os valores por modalidade de estágio (obrigatório, não obrigatório e de férias) e por rubrica (serviços da CONTRATADA; bolsa auxílio; auxílio transporte; auxílio refeição; e rescisões de contrato de estágio e férias/recesso, quando aplicável);
 - b) Folha de pagamento analítica, referente ao mês da prestação do serviço, em ordem alfabética, discriminando individualmente todas as verbas pagas aos estagiários;
 - c) Folha de pagamento sintética, com resumo de todos os pagamentos, de forma global, por tipo de verbas pagas aos estagiários;
 - d) Ordem de pagamento emitida pelo banco emissor, a qual será anexada relação nominal dos valores creditados e/ou pagos a cada um dos estagiários.
 - e) Encaminhar Relatório/Planilha de Medição Mensal, com os valores previstos para o mês corrente, até o dia 18 de cada mês para a conferência da área gestora.
- II.1) Caso o dia 18 (dezoito) não seja dia útil, o Relatório deverá ser encaminhado no primeiro dia útil subsequente.

CAPÍTULO VII

PREÇO

CLÁUSULA 10 O preço, a ser praticado nesta contratação, em reais (R\$), por estagiário, é o estabelecido na Proposta Comercial, anexo deste CONTRATO.

§ 1º A ITAIPU não aceitará nenhuma reclamação por eventual erro de cálculo ocorrido na formação do preço constante na Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA.

§ 2º No preço estão incluídos todos os custos, obrigações e encargos inerentes ao objeto contratado, não podendo ser atribuída à ITAIPU nenhuma despesa adicional, a qualquer título, exceto os valores referentes aos custos com os estagiários (bolsa auxílio, auxílio transporte, auxílio refeição, rescisões de contrato de estágio e férias/recesso) que serão pagos pela ITAIPU de acordo com os valores efetivamente comprovados pela CONTRATADA.

CAPÍTULO VIII

REAJUSTE DE PREÇOS

CLÁUSULA 11 Os valores dos eventos geradores de faturamento, exceto custos com os estagiários, serão reajustados será reajustada anualmente, para mais ou para menos, a partir da data-base econômica, mediante solicitação da CONTRATADA, de acordo com a fórmula e as condições a seguir:

$$R = P_b [(INPC_i / INPC_o) - 1]$$

Onde:

R = reajuste da parcela em liberação;

P_b = valor básico da parcela em liberação;

INPC = Índice Nacional de Preços ao Consumidor, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou índice oficial que venha a substituí-lo;

i = o índice de ordem "i" refere-se ao 12º (décimo segundo) mês, 24º (vigésimo quarto) mês e assim sucessivamente, contados a partir da data-base econômica; e

o = o índice de ordem "o" refere-se ao mês da data-base econômica.

Parágrafo único No caso de indisponibilidade do índice de ordem "i", será adotado o último índice publicado, com recálculo do reajuste quando da disponibilidade do índice definitivo.

CLÁUSULA 12 O valor reajustado da parcela em liberação será obtido pela seguinte fórmula:

$$PR = R + P_b$$

Onde:

PR = valor reajustado da parcela;

R = reajuste da parcela em liberação; e

P_b = valor básico da parcela em liberação.

CLÁUSULA 13 Não será computado, para fins de reajuste, o prazo decorrido entre a data de conclusão do evento e a data de realização do pagamento.

CLÁUSULA 14 A data-base econômica correspondente a este CONTRATO é DD/MM/AAAA.

CAPÍTULO IX

FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLÁUSULA 15 O pagamento mensal à CONTRATADA, referente aos serviços da CONTRATADA e os custos com os estagiários (bolsa auxílio, auxílio transporte, auxílio refeição, rescisões de

contrato de estágio e férias/recesso) previstos para o mês corrente, será efetuado no último dia útil do mês em que o serviço está sendo prestado, condicionado à apresentação, pela CONTRATADA, da documentação exigida para a liberação do pagamento, da documentação para gestão contratual referente ao mês anterior, do Relatório/Planilha de Medição Mensal do mês corrente e da aprovação pela ITAIPU.

§ 1º Quando aplicáveis os termos do capítulo - REAJUSTE DE PREÇOS, as parcelas básicas e de reajuste deverão ser apresentadas de forma discriminada, em notas fiscais ou equivalentes, distintas para cada parcela.

§ 2º Até o dia 20 (vinte) do mês em que o serviço está sendo prestado, a CONTRATADA deverá registrar no Portal de Pagamentos da Itaipu (PIPB) a solicitação de pagamento, anexando a nota fiscal ou equivalente, referente ao mês da prestação dos serviços, destacando o local da prestação dos serviços, emitida para a ITAIPU - CNPJ 00.395.988/0014-50 para serviços prestados no Centro Executivo em Foz do Iguaçu/PR, CNPJ 00.395.988/0012-98 - para serviços prestados nos demais locais em Foz do Iguaçu/PR, CNPJ 00.395.988/0007-20 para serviços prestados em Santa Helena/PR, CNPJ 00.395.988/0010-26 para serviços prestados em Guaíra/PR, CNPJ 00.395.988/0005-69 para serviços prestados em São Paulo/SP e CNPJ 00.395.988/0001-35 para serviços prestados em qualquer outro município, discriminando detalhadamente os valores cobrados, a identificação deste CONTRATO e demais informações pertinentes. Quando aplicável, deverá ser discriminado o valor correspondente à mão de obra.

§ 3º Os valores cobrados deverão ser discriminados da seguinte forma:

- a) mês corrente - classificação por modalidade de estágio e por rubrica de pagamento (bolsa auxílio e serviços da CONTRATADA);
- b) mês subsequente - classificação por modalidade de estágio e por rubrica de pagamento (adiantamentos de auxílio transporte e auxílio refeição);
- c) rescisões e desligamentos, quando aplicável, informando o nome do estagiário e data do desligamento/rescisão, incluindo eventuais diferenças para mais ou para menos, verificadas entre os valores pagos e os devidos, correspondentes ao mês anterior.

§ 4º Caso o dia 20 (vinte) não seja dia útil, a documentação deverá ser encaminhada no primeiro dia útil subsequente.

§ 5º Até o 2º (segundo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, a área gestora, através do Relatório de Sistema de Ponto Eletrônico da ITAIPU, enviará à CONTRATADA, a frequência efetiva (para devidos ajustes de valores provisionados) para o repasse/crédito devido nas respectivas contas bancárias dos estagiários.

§ 6º A CONTRATADA deverá efetuar o crédito, dos valores referentes à bolsa auxílio e demais benefícios (conforme frequência efetiva), aos respectivos estagiários, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços.

§ 7º Eventual diferença a maior entre os valores pagos pela ITAIPU e os efetivamente devidos à CONTRATADA, conforme comprovado no último Relatório/Planilha de Medição Mensal (final do Contrato), deverá ser devolvida à ITAIPU, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a finalização do relatório, mediante crédito em conta corrente da ITAIPU, a ser informada pela área gestora. O comprovante de depósito deve ser entregue com o Relatório/Planilha de Medição Mensal (final do Contrato).

§ 8º Eventual diferença a menor entre os valores pagos pela ITAIPU e os efetivamente devidos à CONTRATADA, conforme comprovado no último Relatório/Planilha de Medição Mensal (final de Contrato), será paga pela ITAIPU aos 10 (dez) dias corridos contados a partir da data de recebimento da documentação exigida para a gestão contratual e da documentação exigida no § 2º desta cláusula.

§ 9º Os pagamentos referentes às Rescisões Antecipadas ao término do Termo de Compromisso (rescisões não programadas de contratos de estágio) serão efetuados da seguinte maneira:

- a) Se a rescisão/desligamento ocorrer entre o 1º (primeiro) e 15º (décimo quinto) dia do mês, os pagamentos serão efetuados no mês corrente;
- b) Se a rescisão/desligamento ocorrer a partir do 16º (décimo sexto) dia do mês, inclusive, os pagamentos serão efetuados no mês subsequente.

§ 10º Caso seja identificada, pela ITAIPU, alguma inconsistência na documentação para pagamento, a CONTRATADA será notificada pela ITAIPU, por *e-mail*, para que adote providências e submeta a documentação apta para nova análise pela ITAIPU. O respectivo pagamento somente ocorrerá aos 10 (dez) dias corridos contados a partir da entrega na ITAIPU, pela CONTRATADA, da documentação apta.

CLÁUSULA 16 Todos os tributos, despesas e quaisquer ônus de natureza federal, estadual ou municipal, relativos a este CONTRATO e decorrentes da legislação brasileira em vigor nesta data, ficarão a cargo exclusivo da CONTRATADA, que também se responsabilizará por seus recolhimentos e pelo cumprimento de todas as obrigações e formalidades legais perante as autoridades competentes.

CLÁUSULA 17 Em caso de glosa, a CONTRATADA será notificada e terá um prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data da efetiva comunicação, por escrito, expedida pela ITAIPU, para apresentar a defesa. Transcorrido esse prazo, e não apresentada a defesa, a ITAIPU considerará como aceita pela CONTRATADA a glosa aplicada.

Parágrafo único Aceita a justificativa apresentada pela CONTRATADA, o prazo para a restituição da glosa efetuada será de até 15 (quinze) dias corridos contados a partir da respectiva aceitação pela ITAIPU.

CLÁUSULA 18 Ocorrendo solicitação de antecipação de pagamento por parte da CONTRATADA, referente aos serviços prestados, a exclusivo critério da ITAIPU, a mesma poderá ser concedida e, nesse caso, será aplicado desconto sobre o valor adiantado, considerando-se a taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia) divulgada pelo Banco Central do Brasil, atinente aos dias em que, efetivamente, ocorrer adiantamento do pagamento. Para o cálculo do número de dias de adiantamento, exclui-se o dia de efetivação da antecipação e inclui-se na contagem o dia do vencimento contratual.

Parágrafo único A CONTRATADA deverá encaminhar para a Central de Protocolo da ITAIPU, aos cuidados da área gestora, correspondência solicitando a antecipação do pagamento.

CLÁUSULA 19 A ITAIPU poderá deduzir, do pagamento devido à CONTRATADA, valores em cobrança, sem o devido respaldo contratual ou resultantes de penalidades ou qualquer outro débito da CONTRATADA decorrente dos compromissos assumidos neste CONTRATO ou de qualquer outra relação jurídica formalizada com ITAIPU.

CLÁUSULA 20 A ITAIPU efetuará o pagamento somente mediante crédito na conta corrente, indicada pela CONTRATADA, de titularidade do CNPJ informado nesta contratação. O comprovante de depósito suprirá o recibo de pagamento.

CLÁUSULA 21 A ITAIPU não efetuará pagamento de valores que tenham sido colocados em cobrança ou descontos em bancos e não se responsabilizará pelo pagamento de valores contratuais negociados pela CONTRATADA na rede bancária (descontos e cobranças de duplicatas).

CLÁUSULA 22 Todos os valores a que a CONTRATADA tiver direito deverão ser solicitados até o último faturamento. Transcorrido esse prazo sem que tenha havido a cobrança, considerar-se-á, para todos os efeitos, que a CONTRATADA renunciou de forma irretratável e incondicional aos valores que eventualmente lhe sejam devidos.

CAPÍTULO X

PENALIDADES

CLÁUSULA 23 Em notificação escrita e sem prejuízo da faculdade de rescindir este CONTRATO, garantindo o direito ao contraditório e à ampla defesa, a ITAIPU poderá aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais de advertência por escrito, multas moratórias, multa compensatória e/ou rescisão contratual unilateral, que poderão ser cumulativas, conforme consta a seguir:

- I) caberá a incidência de advertência por escrito às infrações contratuais leves, que não acarretem prejuízo de monta ao interesse do serviço objeto deste CONTRATO;
- II) caberá multa moratória de 0,01%, calculada sobre o valor atualizado deste CONTRATO, pelo descumprimento:
 - a) por dia de atraso, dos prazos contratuais, ou aqueles acordados ou estabelecidos pelo gestor deste CONTRATO;
 - b) por infração, de solicitações específicas e oriundas do gestor deste CONTRATO;
 - c) por infração, das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias;
 - d) por infração, das Diretrizes para a Segurança e Saúde no Trabalho;
 - e) por infração, da obrigação de anexar a documentação para gestão contratual no PPIB;
 - f) por infração, de qualquer outra obrigação legal ou contratual.
- III) caberá multa compensatória de 5% calculada sobre o valor atualizado deste CONTRATO no caso de rescisão contratual.

CLÁUSULA 24 O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias é limitado a 10% calculado sobre o valor atualizado deste CONTRATO. Caso isso ocorra, a ITAIPU poderá rescindir este CONTRATO.

CLÁUSULA 25 A cada obrigação contratual descumprida será aplicada a penalidade correspondente, que é independente e cumulativa.

CLÁUSULA 26 A penalidade não será aplicada caso o fato gerador tenha sido motivado por força maior ou caso fortuito.

CLÁUSULA 27 Ocorrendo penalidade, a ITAIPU notificará a CONTRATADA sobre o

descumprimento de obrigações contratuais, com a abertura de processo administrativo, garantindo o direito ao contraditório e à ampla defesa no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data do efetivo recebimento da comunicação, por escrito, expedida pela ITAIPU.

Parágrafo único Transcorrido o prazo sem que haja sido oferecida a defesa, ou se oferecida e julgada improcedente, a penalidade será apurada pela ITAIPU. Porém, julgada procedente a defesa, a penalidade automaticamente tornar-se-á sem efeito.

CLÁUSULA 28 As penalidades estabelecidas neste capítulo não excluem nenhuma outra prevista em lei nem a responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos que causar à ITAIPU, em consequência do inadimplemento de qualquer condição ou cláusula deste CONTRATO.

CLÁUSULA 29 Nenhuma penalidade será aplicada pela ITAIPU sem que a CONTRATADA tenha assegurado seu direito ao contraditório e à ampla defesa.

CLÁUSULA 30 Para efeito de aplicação de multa:

- I) considera-se valor atualizado, o valor contratual básico corrigido pela fórmula de reajuste;
- II) o número dos dias de atraso é calculado somando-se os dias, iniciando-se a contagem no primeiro dia útil seguinte ao do vencimento da obrigação e finalizando-a no dia em que ocorrer o seu cumprimento.

CAPÍTULO XI

DA CONFIDENCIALIDADE

CLÁUSULA 31 Todas as informações trocadas entre as partes no âmbito deste CONTRATO são e serão tratadas como confidenciais. Isto é, cada uma das partes e seus representantes se obrigam a manter absoluto sigilo de todas as informações obtidas em razão ou para a execução deste CONTRATO, estando, portanto, proibida de divulgá-las, transmiti-las, disseminá-las, disponibilizá-las, direta ou indiretamente, por qualquer meio que seja conhecido ou que venha a ser inventado, a quem quer que seja, salvo no caso de específica autorização escrita da outra parte.

§ 1º A expressão “informações” inclui quaisquer dados, conhecimentos, *know-how*, técnicas, especificações, desenhos, plantas, materiais, bens de informação, topologias, planos, processos, operações, pessoal, propriedades, clientes, produtos e serviços, enfim, todo e qualquer dado revelado em consequência ou para a execução deste CONTRATO.

§ 2º Em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação, a parte receptora deverá tratá-la sob sigilo até que venha a ser autorizada por escrito pela parte divulgadora. De forma alguma se interpretará o silêncio da parte divulgadora como liberação do compromisso de manter o sigilo da informação.

CLÁUSULA 32 Cada uma das partes se compromete a utilizar as informações somente na execução do objeto deste CONTRATO e para os fins nele previstos, obrigando-se a respeitar, inclusive por seus representantes, a natureza confidencial das informações e a exigir que tais representantes tratem referidas informações como confidenciais, de acordo com este CONTRATO, sendo de integral responsabilidade civil e criminal da parte reveladora eventual descumprimento da obrigação de sigilo e confidencialidade.

Parágrafo único A expressão “representantes” inclui os diretores, administradores, acionistas, proprietários, sócios, empregados, agentes, colaboradores, representantes, assessores e prestadores de serviços das partes.

CLÁUSULA 33 Caso qualquer das partes ou qualquer dos seus representantes, seja obrigada, em decorrência de intimação de autoridade judiciária ou fiscal, a revelar quaisquer informações, notificará com a maior brevidade possível por escrito à outra parte acerca da referida intimação, de forma a permitir que esta possa tomar as medidas cabíveis para impedir a revelação ou consentir, por escrito, com a referida revelação.

CLÁUSULA 34 Eventual permissão tácita da Parte divulgadora relativa à interpretação, utilização, aplicação e reprodução das informações de ITAIPU por qualquer meio ou método pela Parte receptora, não significa, de modo algum, concordância da Parte divulgadora, nem desobriga a Parte receptora à observância do seu dever de sigilo e confidencialidade de todas as informações obtidas por meio deste CONTRATO.

CLÁUSULA 35 Encerrada a vigência do CONTRATO, a CONTRATADA deverá devolver à ITAIPU todas as Informações recebidas ou provar a sua destruição. Independentemente da devolução ou destruição das Informações, a CONTRATADA e seus respectivos representantes permanecerão responsáveis pelo dever de confidencialidade por prazo indeterminado.

CLÁUSULA 36 O descumprimento da obrigação de sigilo e confidencialidade resultará nas seguintes sanções, cumulativamente:

- a) rescisão contratual, se ainda vigente o CONTRATO;
- b) multa cominatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor da obrigação principal;
- c) indenização no valor de 100% (cem por cento) sobre o valor da obrigação principal, referente à cláusula penal compensatória por quebra do sigilo empresarial. Ressalva-se à ITAIPU o direito de exigir indenização suplementar, caso o prejuízo exceda o percentual fixado; e,
- d) adoção das medidas judiciais cabíveis para responsabilização nas searas civil e criminal, por força de lei.

Parágrafo único Ocorrendo aplicação das sanções previstas nas alíneas “b” e “c” do *caput*, a CONTRATADA terá um prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da comunicação de quebra de sigilo, para apresentar justificativa, que será apreciada por ITAIPU. Transcorrido este prazo e não existindo manifestação, a ITAIPU considerará como aceita pela CONTRATADA a penalidade aplicada.

CAPÍTULO XII

DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

CLÁUSULA 37 As Partes reconhecem que a performance contratual enseja o tratamento de Dados Pessoais recebidos de uma Parte pela outra ou por terceiros. Assim, cada uma das Partes: (i) tratará esses Dados Pessoais como um agente de tratamento de dados independente; e (ii) compromete-se a cumprir as normas de Proteção de Dados Pessoais, observadas, no que couber, as legislações brasileira e paraguaia, garantindo que o tratamento dos Dados Pessoais seja legal, justo e transparente.

§ 1º Os Dados Pessoais recebidos de uma Parte pela outra ou por terceiros devem ser utilizados nos limites da realização do objeto contratual.

§2º É expressamente proibido qualquer outro uso dos Dados Pessoais, especialmente para propósitos de negócio de qualquer Parte ou de terceiros.

§3º Eventuais atos de fiscalização do CONTRATO pela ITAIPU não excluem a responsabilidade da CONTRATADA por danos e/ou prejuízos causados à ITAIPU ou terceiros.

CAPÍTULO XIII

RESPONSABILIDADE POR DANOS E PREJUÍZOS

CLÁUSULA 38 A CONTRATADA é responsável pelos danos e/ou prejuízos que causar à ITAIPU ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não se eximindo dessa responsabilidade, ainda que a execução deste CONTRATO seja fiscalizada pela ITAIPU.

Parágrafo único À ITAIPU reserva-se o direito de deduzir dos valores devidos à CONTRATADA a importância necessária ao ressarcimento de danos e/ou prejuízos ou proveniente de qualquer outro débito decorrente deste CONTRATO, desde que estes já tenham sido comunicados à CONTRATADA com antecedência de 10 (dez) dias corridos.

CAPÍTULO XIV

SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO, TRANSFERÊNCIA E DAÇÃO EM GARANTIA

CLÁUSULA 39 O presente CONTRATO não poderá ser subcontratado, cedido, transferido ou dado em garantia.

CAPÍTULO XV

RESCISÃO POR PARTE DA ITAIPU

CLÁUSULA 40 O presente CONTRATO poderá ser rescindido de pleno direito pela ITAIPU mediante simples aviso, com antecedência de 30 (trinta) dias corridos, e ainda nas hipóteses em que a CONTRATADA:

- I) descumpra qualquer cláusula ou condição do presente CONTRATO e seus anexos, bem como as ordens escritas emitidas pela ITAIPU;
- II) paralise a prestação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação à ITAIPU;
- III) incida em multas moratórias cujo montante for igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor atualizado deste CONTRATO, caracterizando reiteração de falhas na execução do objeto deste CONTRATO;
- IV) subcontrate, ceda, transfira, dê em garantia ou se associe com terceiros para a execução deste CONTRATO;
- V) descumpra suas obrigações quanto ao pagamento de tributos, obrigações trabalhistas e de seguridade social;
- VI) promova alteração societária, fusão, cisão, incorporação ou modifique sua finalidade ou a estrutura da empresa, de forma que prejudique a execução deste CONTRATO;

VII) entre em processo falimentar, de insolvência civil ou de recuperação judicial, ficando a rescisão, nesta última hipótese, a critério da ITAIPU;

VIII) extinga a sociedade.

Parágrafo único A rescisão de que trata esta cláusula implicará as seguintes consequências:

- a) assunção imediata do objeto deste CONTRATO, nas condições e local em que se encontrar, por parte da ITAIPU, que poderá, a seu critério, direta ou indiretamente, dar continuidade aos serviços;
- b) execução dos valores das multas e das indenizações devidas;
- c) retenção dos créditos da CONTRATADA até o limite dos prejuízos causados à ITAIPU.

CAPÍTULO XVI

RESCISÃO POR PARTE DA CONTRATADA

CLÁUSULA 41 Este CONTRATO poderá ser rescindido de pleno direito pela CONTRATADA se a ITAIPU, por sua exclusiva responsabilidade, paralisar totalmente a prestação dos serviços por prazo superior a 60 (sessenta) dias corridos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.

Parágrafo único Neste caso a ITAIPU pagará à CONTRATADA a fatura aprovada relativa aos serviços prestados até a data da rescisão, deduzida de eventuais multas e/ou débitos da CONTRATADA.

CAPÍTULO XVII

RESCISÃO POR MOTIVO DE FORÇA MAIOR

CLÁUSULA 42 Se, por motivo de força maior, ocorrer paralisação dos serviços por mais de 30 (trinta) dias corridos, os prazos deste CONTRATO serão negociados por mútuo acordo entre as partes, ou qualquer uma das partes poderá rescindir este CONTRATO, notificando a outra com uma antecedência de 15 (quinze) dias corridos.

§ 1º Nesse caso a ITAIPU fará, unicamente, o pagamento à CONTRATADA dos serviços executados e não pagos até a data da paralisação, deduzindo-se os débitos e eventuais multas da CONTRATADA.

§ 2º As condições decorrentes da pandemia de COVID-19 são de conhecimento das partes e, abstratamente consideradas, não importarão em justificativa para revisão de obrigações contratuais, em especial dos prazos de execução e do equilíbrio econômico-financeiro.

§ 3º Eventuais pedidos de modificação de obrigações contratuais, desde que devidamente motivadas e justificadas, observarão o disposto nos art. 47 e 48 da NGL e em suas Instruções de Procedimentos.

CAPÍTULO XVIII

INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA

CLÁUSULA 43 A ITAIPU possui isenção tributária conferida pelo Art. XII, alíneas “a” e “c”, do Tratado que criou e rege a entidade e, em matéria tributária, tem os efeitos previstos no art. 98 do Código Tributário Nacional, compreendendo tributos nos quais a ITAIPU é contribuinte de direito (IPTU, IPVA, Imposto de Importação, IOF, entre outros).

§ 1º Em virtude do objeto não ser destinado à central elétrica, seus acessórios e obras complementares, não se aplica aos serviços a isenção tributária prevista no Art. XII, alínea “b”, do Tratado, que abrange os tributos nos quais a ITAIPU é contribuinte de fato (ISS, ICMS, IPI, PIS/COFINS, entre outros).

§ 2º Caso seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, deverá observar o regrado pela Lei Complementar 123/2006.

§ 3º Os aspectos tributários específicos deste CONTRATO são de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, sendo recomendável assessoria especializada.

§ 4º A CONTRATADA propiciará à ITAIPU todas as facilidades necessárias para a verificação e constatação dos créditos cuja manutenção e utilização lhe tenham sido assegurados na forma da legislação em referência, reservando-se à ITAIPU o direito de fiscalizar os registros correspondentes.

§ 5º A CONTRATADA obriga-se a transferir para a ITAIPU todos os valores correspondentes a benefícios e outras isenções de impostos de que venha a ser beneficiária, em razão desta contratação, quando da efetivação dos mesmos.

CAPÍTULO XIX

IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

CLÁUSULA 44 Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA todos os impostos, taxas e contribuições vigentes na data de apresentação da Proposta Comercial, Anexo IV deste CONTRATO, devidos em razão do objeto deste CONTRATO, tenham ou não sido considerados na sua proposta.

§ 1º Quaisquer tributos, exceto o imposto de renda e os encargos sociais, criados, alterados ou extintos após a apresentação da Proposta Comercial, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.

§ 2º A CONTRATADA se responsabilizará pelos recolhimentos dos tributos devidos em razão do objeto deste CONTRATO e pelo cumprimento de todas as obrigações e formalidades legais perante as autoridades competentes.

CAPÍTULO XX

NOVAÇÃO

CLÁUSULA 45 O não-exercício, pela ITAIPU, de qualquer faculdade ou direito previsto neste CONTRATO ou em lei não constituirá novação nem renúncia, permanecendo inalteradas e válidas as cláusulas e condições deste CONTRATO.

CAPÍTULO XXI PUBLICIDADE

CLÁUSULA 46 Todas as informações relativas a quaisquer aspectos do presente CONTRATO só poderão ser levadas a conhecimento de terceiros pela CONTRATADA, inclusive por meio de publicidade, após a expressa autorização, por escrito, da ITAIPU.

CAPÍTULO XXII VALOR DO CONTRATO

CLÁUSULA 47 Para todos os efeitos legais dá-se ao presente CONTRATO o valor de R\$_____ (*indicar*), sendo:

- a) O valor dos serviços da Gestão do Programa de Estágio da ITAIPU, no valor total de R\$_____ (*indicar*), conforme estabelecido no item 1 da Proposta Comercial; e
- b) O valor de R\$ 15.709.517,00 (Quinze milhões, setecentos e nove mil, quinhentos e dezessete reais) refere-se ao recurso orçamentário disponível para o repasse de custeio da folha de pagamentos dos estagiários (bolsa-auxílio, vale transporte, auxílio-refeição, recesso (férias), rescisões, eventuais reajustes, dentre outras despesas de caráter obrigatório) dentro da vigência contratual, não representa garantia de faturamento e poderão ser utilizados somente durante a vigência deste CONTRATO, sob demanda da ITAIPU, desde que avaliados, autorizados e aprovados pela ITAIPU, conforme previsão estabelecida no item 2 da Proposta Comercial.

CAPÍTULO XXIII VIGÊNCIA

CLÁUSULA 48 O presente CONTRATO terá vigência de 48 (quarenta e oito) meses, contados da data estabelecida na Ordem de Início de Serviços (OIS), a ser emitida pela ITAIPU após a assinatura deste CONTRATO.

CAPÍTULO XXIV FORO

CLÁUSULA 49 Para dirimir as eventuais divergências oriundas do presente CONTRATO, fica eleito o Foro da Justiça Federal de Foz do Iguaçu - PR, renunciando as partes a quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam.

(para assinatura em forma física) E, por estarem de pleno acordo, as partes assinam o presente CONTRATO em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os legítimos efeitos e direitos.

(para assinatura em forma eletrônica) E, por estarem de pleno acordo, as partes assinam o presente instrumento digitalmente, para que produza seus devidos efeitos e direitos.

Foz do Iguaçu-PR,

(assinaturas)

TESTEMUNHAS:
